

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.588 - PR (2019/0292728-4)

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE
CAMPINA DA LAGOA - PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CAMPO MOURÃ -
SJ/PR
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : JOAQUIM ANTONIO DE LIMA
ADVOGADO : NILSON SARAIVA DOS SANTOS - PR016361
INTERES. : FRANCISCO ALAOR CARDOSO
INTERES. : IRACY APARECIDA LEBRAO
INTERES. : ADEMAR DE SOUSA MARTINS
INTERES. : MARIA CELIA RODRIGUES
ADVOGADO : JONIAS DE OLIVEIRA E SILVA - PR027800
INTERES. : WILSON DE PADUA SANT ANA
ADVOGADOS : IRINEU CHIQUETO JÚNIOR - PR024581
WASHINGTON FRAGOSO VERAS E OUTRO(S) - PR034812
MARCO ANTONIO FERNANDES TAVARES - PR019249
INTERES. : FAISCAL BARAKAT
ADVOGADO : EDISON BUENO - PR024788
INTERES. : JARISLENE DELALLO LEITE MACHADO
ADVOGADOS : ALINY RAFAELY SOUSA FERREIRA - PR043718
PRISCILLA PAULA DE OLIVEIRA PRADO - PR046264
DANIEL LAURANI AGARIE E OUTRO(S) - PR042594

DESPACHO

1. Com fundamento no art. 955 do CPC/15, designo o Juízo da Vara da Fazenda Pública de Campina da Lagoa/PR para “resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes”, haja vista a ausência do interesse da União em intervir na demanda e o entendimento sufragado pela C. Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça à luz do qual “a competência da Justiça Federal, prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, é fixada, em regra, em razão da pessoa (competência *ratione personae*), levando-se em conta não a natureza da lide, mas, sim, a identidade das partes na relação processual” (STJ, CC 105.196/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 22/02/2010).

1.1. Oficie-se ao Vara da Fazenda Pública de Campina da Lagoa/PR, informando-o do teor da presente decisão.

2. Dispensada a prestação de informações pelas autoridades judiciárias em conflito, em vista da suficiência dos motivos expostos nas decisões declinatórias de competência, determino a abertura de vista dos autos

Superior Tribunal de Justiça

ao Ministério Público Federal (CPC/15, art. 956; RI/STJ, art. 198).

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

